



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 79/XII/ 1.ª SL

Aos 20 dias do mês de Junho de 2012, pelas 10:15 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

10:00 horas

1. Distribuição de iniciativas legislativas;
2. Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 236/XII/1.ª (PS) - que "Cria o Tribunal Arbitral do Desporto" - Relator: Deputado Paulo Ribeiro (PSD);
3. Apreciação e votação do parecer relativo ao Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) 2011 - Relator: Deputado Filipe Neto Brandão (PS);
4. Apreciação e votação de pareceres sobre iniciativas europeias;
5. Apreciação e votação de relatórios finais de petições;
6. Fixação de redação final, nos termos do artigo 156.º do RAR;
7. Outros assuntos.

11:00 horas

Audição da Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade, ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República.

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Fernando Negrão, e não havendo iniciativas legislativas a distribuir, usou da palavra o Senhor Deputado Paulo Ribeiro (PSD) para apresentar brevemente o seu parecer relativo ao Projeto de Lei n.º 236/XII/1.ª (PS) que "Cria o Tribunal Arbitral do Desporto".

Interveio, em seguida, o Senhor Deputado João Oliveira (PCP), que cumprimentou o Relator pelo parecer apresentado e se reportou ao conteúdo da iniciativa, observando que seria útil fazer uma reflexão acerca do modo como o movimento de desjudicialização, que se vinha acentuando nos últimos anos, poderia pôr em causa o princípio da tutela judicial efectiva, em face da repartição de atribuições cometidas aos tribunais e aos mecanismos de arbitragem (sujeitos a controlo público não claro), que criava bolsas de áreas da vida social que vão sendo subtraídas ao poder judicial. O



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 79/XII/ 1.ª SL

Relator agradeceu os comentários e concordou com a necessidade de reflexão profunda sobre a questão da desjudicialização.

As partes I e III do documento foram, por fim, aprovadas por unanimidade, na ausência do PEV.

Adiado o 3.º ponto da ordem de trabalhos e não havendo relatórios de iniciativas europeias ou de petições para apresentar, passou-se à fixação da redação final do texto que *“Altera a lei n.º 17/2003, de 4 de junho (Iniciativa Legislativa de Cidadãos), eliminando a discriminação existente em relação aos emigrantes portugueses”* [Projeto de Lei n.º 186/XII/1.ª (PSD)] e *“Primeira alteração à Lei n.º 17/2003, de 4 de Junho, que regula os termos e condições em que grupos de cidadãos eleitores exercem o direito de iniciativa legislativa junto da Assembleia da República, eliminando a discriminação relativa aos portugueses residentes no estrangeiro”* [Projeto de Lei n.º 203/XII/1.ª (PS)], tendo sido cumprido o disposto no artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, com aceitação, por unanimidade dos presentes, da sugestão de redação do título, constante da Informação n.º 79/DAPLEN/2012, mas não da sugestão para a redação do artigo 2.º da Lei n.º 17/2003.

Às 11 horas teve início a audição da Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade, ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República.

Na última audição regimental da presente sessão legislativa, a Senhora Secretária de Estado, Dra. Teresa Morais, fez uma intervenção inicial de enquadramento das matérias em apreciação na Secretaria de Estado, que se reportou à atuação e funcionamento da CIG e às matérias que estabeleceu como prioritárias, designadamente a execução dos planos nacionais e dos planos de ação, nas áreas da prevenção e combate à violência doméstica, na ação e formação no combate à mutilação genital feminina, da situação das mulheres no mercado de trabalho, do tráfico de seres humanos e da educação.

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 79/XII/ 1.ª SL

Intervieram então os Senhores Deputados Pedro Delgado Alves e Isabel Alves Moreira (PS), Maria Paula Cardoso e Mónica Ferro (PSD), Rita Rato (PCP), Teresa Anjinho (CDS/PP) e Cecília Honório (BE), que fizeram comentários e solicitaram esclarecimentos aos quais a Senhora Secretária de Estado respondeu individualmente.

Nada mais havendo a tratar, a reunião, que foi gravada em áudio e [vídeo](#), foi encerrada às 14:45 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 20 de junho de 2012

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



(FERNANDO NEGRÃO)



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 79/XII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
Carlos Peixoto
Cecília Honório
Fernando Negrão
Filipe Neto Brandão
Francisca Almeida
Hugo Lopes Soares
Hugo Velosa
Isabel Alves Moreira
João Lobo
João Oliveira
Jorge Lacão
José Luís Ferreira
Luís Pita Ameixa
Maria Paula Cardoso
Paulo Rios de Oliveira
Paulo Simões Ribeiro
Ricardo Rodrigues
Sérgio Sousa Pinto
Telmo Correia
Teresa Anjinho
Teresa Leal Coelho
Elza Pais
Isabel Simões Pinto
Pedro Delgado Alves
Rita Rato

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Oneto

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: